

Guia do Arquivo Diocesano de Lamego

Organização e gestão institucional

Modelos teórico-práticos

Plano metodológico de trabalho

***Fundos* como sistemas**

Instrumentos de acesso e consulta da informação



Março de 2019

Conteúdo

Organização e gestão institucional	3
Modelos teórico-práticos	7
Plano metodológico de trabalho	14
<i>Fundos</i> como sistemas	18
Instrumentos de acesso e consulta da informação.....	19
Bibliografia	20

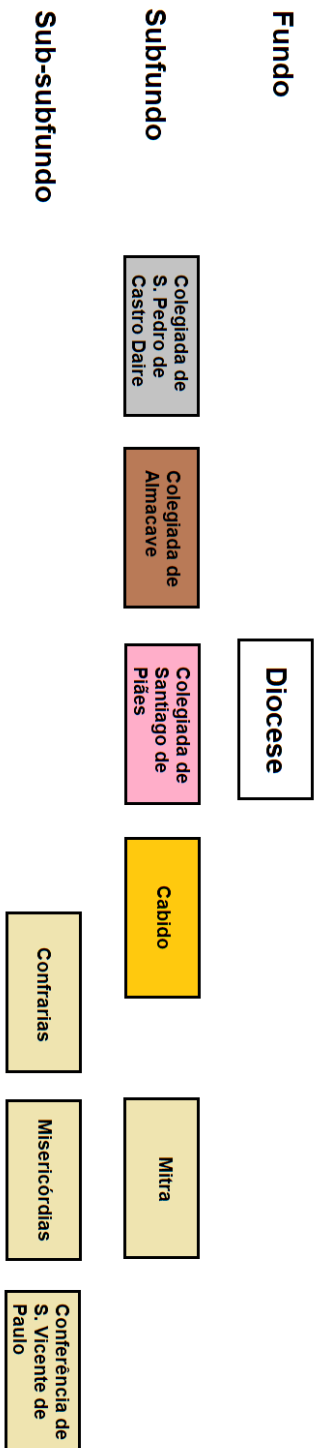
O Arquivo – Museu Diocesano funciona na emblemática “Casa do Poço”, um solar que pertenceu ao Morgado do Poço. O solar foi adquirido pela Diocese de Lamego em 1920. Em 2008, depois de profundas obras de restauro, foi inaugurado para servir de Museu e Arquivo Diocesano, onde têm decorrido várias exposições, sobretudo de arte religiosa. O património documental detido pela Diocese de Lamego situa-se na sua maioria no atual Paço Episcopal e em parte no Arquivo-Museu para onde está a ser gradualmente transferido. Neste edifício onde se deposita o Arquivo Definitivo, estão reunidas todas as faculdades de conservação e consulta para os visitantes. Desde a sua inauguração a direção do Arquivo-Museu tem empreendido os esforços necessários à salvaguarda e disponibilização do património documental da Diocese. A informação tem transitado de forma gradual das paróquias, associações e confrarias para Arquivo Geral no Paço sob supervisão do Chanceler. Aqui, procede-se à avaliação, eliminação, seleção e incorporação da informação, depositando-se a documentação em sítio próprio. Em tempo e Direito a informação segue para o Arquivo-Museu sob supervisão do Diretor onde é sujeita à incorporação em arquivo definitivo. Aqui é descrita, inventariada e disponibilizada à sociedade sob forma de índices, instrumentos de consulta, catálogos, inventários, digitalizações e consulta presencial.

O cuidador da atividade do Arquivo Diocesano é o Chanceler (CIC., 482, 1) Cónego José Francisco Carvalho da Silva, administrando a entrada, conhecimento e depósito da informação. O administrador da atividade e Diretor do Arquivo-Museu é o atual Pró-Vigário Geral da Diocese o Cónego João Carlos Costa Morgado.

A informação do Arquivo Diocesano reflete a administração da Diocese, sendo que não estando representados todos os órgãos de administração, o organograma que se reconstruiu reflete a atividade no tempo da informação que se produziu e restou dos órgãos em função ou extintos.

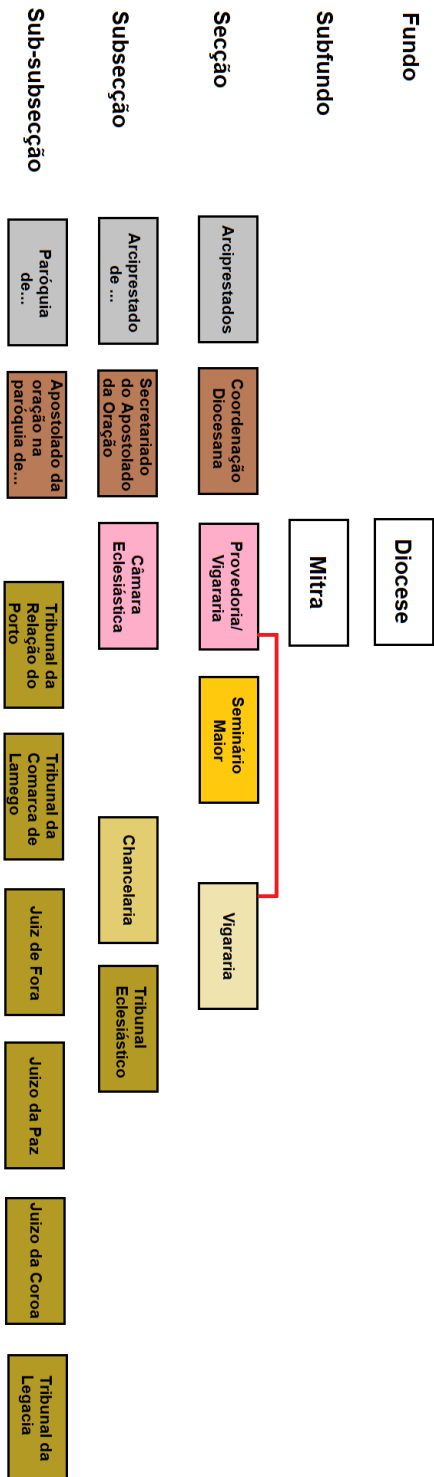
Quadro 1.

Gestão de sistemas/ organização dos fundos diocesanos



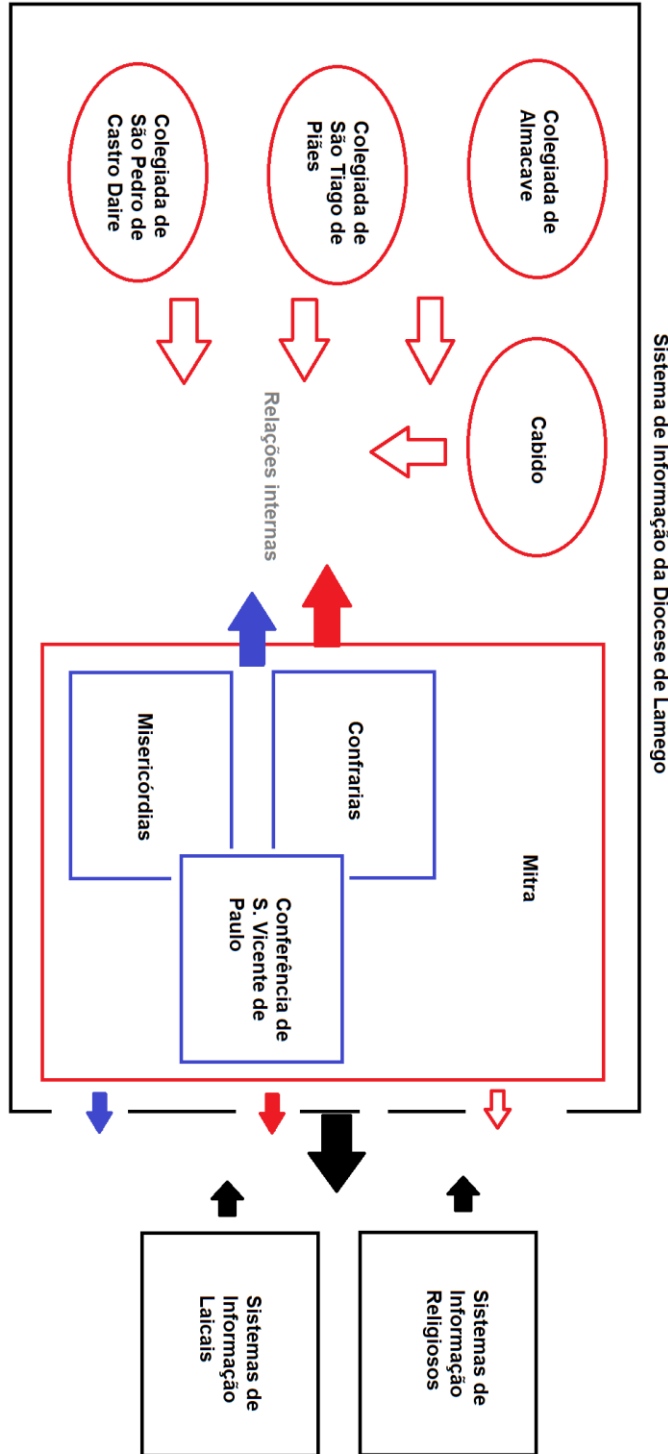
Quadro 2.

Organograma informacional/ organização do subfundo da Mitra



Quadro 3.

Fluxos de informação no sistema e entre sistemas



1.

As preocupações da Igreja relacionadas com o tratamento e organização dos seus repositórios são em primeira instância de ordem pastoral e em segunda de ordem histórica sendo do domínio da arquivística, mas as preocupações que fizeram desta uma área consolidada são fruto de tendências aprimoradas nos séculos XIX e XX por força dos investigadores das questões religiosas.

Do Concílio Ecuménico Tridentino (1545-1563) surgiria o primeiro conjunto de normas canónicas com o intuito de se regularizarem os arquivos eclesiásticos, e da razão de qualquer paróquia possuir o seu próprio arquivo com inventário de bens que deveria ser conservado. No século XVIII por intermédio de Bento XIII (1724-1730), seria publicada a Constituição *Maxima vigilantia* com fim à regulamentação arquivística, um importante passo para a organização e normalização da atividade. No século XIX por intermédio de Leão XIII (1878-1903) os fundos do Arquivo Secreto do Vaticano foram abertos ao público e o trabalho dos arquivos religiosos começou a passar por facilitar aos investigadores o seu acesso. Até ao Código de 1917, *uma legislação genérica, abstrata, cheia de lacunas, justificando-se isso, na maioria dos casos, pela vontade de não entrar em excessivas casuísticas*, foram aprimoradas as políticas de conservação, salvaguarda e partilha documental entre clérigos e leigos. Em 1923 surgiria o primeiro Curso de Arquivística relacionado com a Diplomática e a Paleografia como forma de preparar uma futura geração de arquivistas. Este sentimento de profissionalização da atividade despertou a tendência para o uso de métodos e teorias arquivísticas, em comunhão com o aproximar da Igreja aos diferentes Estados depois do processo de laicização levado a cabo pelo liberalismo e que resultou no confisco dos arquivos religiosos¹.

Sob o signo de Pio XII (1939-1958) foi ordenado o inventário dos arquivos eclesiásticos italianos e do material existente. Na década de 50 nasceria a Pontifícia Comissão para os Arquivos Eclesiásticos Italianos e a Associação Arquivística Eclesiástica² que promoveu em 1957 um Congresso do qual resultaria o Guia dos

¹ ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p.118.

² Acerca de tal veja-se a o discurso de Pio XII dirigido aos profissionais de Arquivos Eclesiásticos: PIO XII – *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità; Diciannovesimo anno di Pontificato, 2 de Marzo; Tipografia Poliglotta Vaticana, 1958, p. 551-558.*

Arquivos Diocesanos de Itália e a revista *Archiva Ecclesiae* no ano seguinte³. Destas políticas despoletaram pelos países grupos dedicados ao estudo dos arquivos, veja-se a *Association des Archivistes de l'Église de France*, a *Catholic Archives Society* (Reino Unido e Irlanda) ou a *Association of Catholic Diocesan Archivists*, nos EUA, que desempenharam um papel fundamental na normalização da atividade, dado que as disposições do Código de Direito Canónico de 1983 ofereceram aos arquivos uma alargada liberdade de gerência⁴.

Em Portugal é ainda precoce o tratamento da informação nos arquivos diocesanos apesar da publicação pela *Pontificia Comisión para los Bienes Culturales de la Iglesia* em 1997 da Carta Circular *La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos*,⁵ documento que veio reconhecer o fundamental papel das bibliotecas e arquivos da Igreja em cooperação com os organismos internacionais como o Conselho da Europa, UNESCO, CCIP ou o OCVP. Desde a década de 90 do século XX que se têm empreendido esforços para a elaboração de um guia e roteiro dos arquivos eclesiásticos⁶. Preciosos contributos têm dado o CEHR (Centro de Estudos de História Religiosa), a Conferência Episcopal Portuguesa ao publicar documentos de orientação arquivística, assim como a Arquidiocese de Braga. A constituição do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa em 1993, e a instalação de arquivos diocesanos como o da Guarda vieram atirar novos alentos para a atividade. Ainda assim escasseiam os recenseamentos, os inventários, os guias, os instrumentos e as condições de depósito da documentação que não cursou das Dioceses e da que continua a ser produzida, problema adensado pela ininterrupta atividade religiosa.

De facto, não surgiram ainda estudos suficientemente estruturados que possam elucidar a comunidade religiosa de práticas de organização da sua documentação. Se por um lado nos deparámos com métodos arquivísticos desenquadrados de uma instituição em atividade, por outro urge que os arquivos surjam como resposta aos problemas da

³ ABREU, José Paulo Leite de Abreu – A Igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983 in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000, p.153.

⁴ *Idem*, p. 119.

⁵ MARCHISANO, D. Francesco – *La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos*, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000, pp. 117-125.

⁶ Fortunato de Almeida queixara-se da inexistência de um inventário da arquivística religiosa. (cf.: ALMEIDA, Fortunato - *História da Igreja em Portugal 1967 - 1971*, Barcelos. Editora Portucalense, p.109.).

circulação da informação institucional, da reestruturação dos fluxos e da organização da carga burocrática, sem que sejam extraviados os princípios fundamentais da ação apostolar. À partida a carta *a função pastoral dos arquivos eclesiais* oferece-nos uma ampla liberdade de escolha de métodos e procedimentos, estabelece-nos objetivos e traça-nos um caminho, ela, no entanto, peca por não oferecer uma orientação prática e científica estruturada, cingindo-se em grande medida a recomendações. Deste modo, é forçoso que as Dioceses, cada uma por si, ou de forma integrada, prestem atenção à guarda da sua documentação, do seu património, isto é, do registo da sua identidade, de forma renovada, como herança viva, presente e em atividade, sob pena desta se perder na fugacidade dos suportes de armazenamento da informação e na relatividade das formas de interpretar a sociedade e a cultura.

2.

Recentemente o Arquivo Diocesano de Lamego foi reestruturado sob o modelo teórico-científico orgânico-funcional, plasmando-se através da informação a organização secular da instituição.

Se pedirmos emprestados termos à sociologia diremos que um repositório documental plasma a dinâmica de uma ou várias instituições, as suas relações (a estática social) e a forma como a sua interação se altera no tempo (a dinâmica social). Numa instituição constituída por vários órgãos, estes atuam entre si dinamicamente, de forma independente ou correlacionada formando um todo. Compreendendo um arquivo como corpo biológico, potencializamos a sua explicação, distinguindo a estrutura, o seu corpo, (diremos a instituição e entidade produtora) do processo, da sua mecânica, (diremos a informação transitada de órgão para órgão). Esta pressuposição marca a transposição do arquivo inorgânico, exclusivo às aferições do ato documental, sem atividade transitória e explicação metodicamente contextualizada, para o sistema de informação orgânico devidamente fundamentado como estrutura de órgãos estáticos com dinâmica de processos.

No entendimento sistémico existem várias partes que se relacionam num modelo hierárquico e horizontal pelo que um sistema é uma hierarquia de subsistemas que se possuidor de vários níveis, é considerado complexo (configuração pluricelular)⁷. Os elementos estão organizados numa estrutura e a forma como se relacionam na mesma

⁷ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática..., p. 215.

define as particularidades do sistema⁸, poderemos encontrar sistemas centralizados quando apenas um centro faz todo o controlo e gestão ou descentralizados quando é dada autonomia a vários órgãos⁹. Um arquivo é ativo quando a entidade produtora resiste e ainda gera informação; desativado quando a entidade produtora cessa a sua atividade. O Arquivo reflete todas as relações estruturais do sistema, podendo ser uma instituição quando apresenta personalidade jurídica própria ou um serviço ou setor orgânico quando inserido numa instituição, como é o caso do Arquivo – Museu Diocesano de Lamego¹⁰. É também um sistema (semi-) fechado de informação social que associa a sua natureza orgânica e funcional à memória¹¹.

A compreensão da relação de sistemas da Diocese permite contextualizar a produção de informação, avaliando-a e procedendo eficazmente na sua organização. O arquivo tem natureza orgânica *unicelular* quando a organização que o gera não tem divisões sectoriais, ou *pluricelular* quando a organização que o gera tem várias divisões sectoriais, neste caso o sistema de informação pode até gerar subsistemas com autonomia. Um ou outro género de arquivo poderão ser *centralizados* quando a informação é controlada por um único centro, somente os sistemas de informação pluricelulares poderão ser *descentralizados*, sucedendo tal quando os setores orgânico-funcionais ou os subsistemas (quando existem) operam de forma automatizada¹².

O grande desafio dos arquivos diocesanos centra-se hoje, em comunhão com o seu relativo abandono, às exigências de um mundo tecnológico, de uma renovada evangelização e de uma rotura conceitual de identidade e património. O desenvolvimento tecnológico em que o mundo cavalga acarreta hoje no âmbito do armazenamento e tratamento de informação, novas problemáticas que têm vindo a ser esquecidas pelas tradicionais escolas arquivistas e abordadas por uma nova disciplina apelidada de Ciência da Informação que por sua vez se tem desenvolvido à margem das preocupações relacionadas com a conservação patrimonial. Entre a *escola* técnica e materialista e a *escola* mais ligada ao ónus da utilidade, às flutuações económicas e culturais, poucas

⁸ LISBOA, João; COELHO, Arnaldo; COELHO, Filipe; ALMEIDA, Filipe – Introdução à Gestão de Organizações; Núcleo de Administração de Empresas, FEC, 3ª Edição, 2004, p. 98.

⁹ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática..., p. 215.

¹⁰ Direito Canónico; Liv. II; II; Art. 2.

¹¹ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática..., p. 214.

¹² RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute - Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo. Porto: Reitoria da Universidade, 2001, p. 28.

ideias consensuais se têm vindo a desenvolver e a acrescentar. De igual forma se tem assistido entre museólogos, agentes culturais e mediadores patrimoniais, por natural cumplicidade do objeto de trabalho, a uma relativização da cultura, atuando sobre o património como totalidade, com múltiplas interpretações definidas por motivações políticas e económicas. Em contraponto subsistem ainda os monumentos, a incompreensão da identidade, da tradição e da cultura, como agentes de vitalização e revitalização do património.

Desde finais do século XX e no atual tempo têm-se vindo a construir novas abordagens relativamente ao conceito história/ memória, passado/ presente e apresentado discursos que apontam das tradicionais abordagens sociais do tempo a falha no entendimento da vivência humana.

Tal como Agostinho de Hipona haveria refletido que o pensamento humano concebe três presentes: um sobre o passado que é a memória, outro sobre a atualidade que é a vida e outro sobre o futuro que é a espera¹³, o presente nos tempos que corre assume uma nova funcionalidade: permitir ao Homem relacionar a conceção do passado nas vivências atuais. Os *arquivos históricos*¹⁴ assumem um papel renovado, funcional. São peças sujeitas a um tratamento especial, onde a narrativa histórica, isto é, a forma como foram compreendidos é substituída pelos entendimentos dos seus múltiplos significados e usos prolongados. Aos arquivos tradicionais contrapõem-se hoje os repositórios digitais mais abertos, acessíveis e dinâmicos e colocam-se sérias questões ao que deve ou não ser preservado, se caberá a alguém escolher determinada informação a arquivar. A internet, mundo desfragmentado da informação, veio lançar um intenso debate sobre esta seleção e colocar novos desafios à memória: se o que se preserva é identidade ou um conjunto de realidades efémeras.¹⁵ A documentação que hoje se digitaliza e circula sendo acessível via internet, experiencia uma nova vitalidade, onde nos arquivos tradicionais encerrados e disponíveis a um sector específico de estudo não lhe era possível a construção de uma memória cultural. Esta divulgação, entre variados problemas que levanta, permitiu resolver problemas de logística como o problema do armazenamento. Se a reprodução se

¹³ AGOSTINHO, Santo - Livro XI, capítulo XX.

¹⁴ Núcleo de documentação, documento histórico, códice.

¹⁵ CARVALHO, Sara de; CALHINDRO, Filomena – Do Scriptorum às Comunidades Virtuais: Análise Codicológica da Regra de S. Bento do Mosteiro de Lorvão, pp. 2-3.

faz de forma digital será possível conservar de uma melhor forma o documento original, ou tornar desnecessárias várias reproduções não comercializáveis.

Facilmente se compreenderá que os arquivos em rede poderão ser uma peça fundamental para a produção de conhecimento, para a divulgação e promoção do património,¹⁶ porque existe uma relação indissociável entre a invariável materialidade do objeto, isto é a sua realidade fixa, e as suas múltiplas variações de significado no tempo, isto é nos múltiplos presentes construídos. A interligação de um passado, um presente e um futuro far-se-á junto de um arquivo à luz do seu significado presente. A ideia do que é construído a partir da memória atual, contínua, recuperada ou construída, a fim de um propósito futuro que não se desenquadre com a necessidade presente. Por assim dizer, é necessária uma lógica de organização flexível e particular a cada género específico de informação.

A escrita acompanha o processo civilizatório do Homem, tendo-lhe facilitado o desenvolvimento de faculdades cognitivas sociais. A mutação da escrita, não necessariamente o seu progresso, saciou a necessidade da sociedade se representar e conservar a sua identidade. Esta representação cultural é mais recente que a representação gráfica, mas podemos-la encontrar transversalmente no tempo.

Os novos problemas que se têm colocado na transposição da peça documental do formato físico para o virtual convergem no perigo da mudança do texto, na perda de características únicas, na liberdade de modificar de forma radical toda a lógica representativa do objeto. Tudo isto assenta em dois pressupostos bastante claros fundados no conceito de liberdade de acesso à informação para o qual a sociedade converge: se a lógica de organização da informação se estabelece em valores fixos, em que a memória de determinada cultura deve seguir os seus fundamentos mais originais, exibidos na representação material da documentação ou se a representação da informação deve ser reinventada de acordo com o mercado e as preferências arbitrárias que a sociedade gera. No primeiro caso a identidade é mais material, tendo uma intrínseca relação com o património; no segundo ela é mais formal tendo uma intrínseca relação com os significados. Parte portanto do arquivista e do gestor de informação assumir uma posição moderadora e entender que se defendendo o primeiro caso o trabalho é em função de uma

¹⁶ CARVALHO, Sara de; CALHINDRO, Filomena – Do Scriptorum às Comunidades Virtuais: Análise Codicológica da Regra de S. Bento do Mosteiro de Lorvão, pp. 4-5.

memória que não se desarticula com a História, se defendendo o segundo ela pode entender um presente e um futuro desarticulado com um passado, porque o que conservar se ordena com o que é funcional no presente. Da mesma forma entender se defende que a identidade é um processo contínuo assente num conjunto de valores amplos e inerentes à humanidade, o que não implica que não possa ser seletiva, ou se a identidade pode ser interrompida, anulada, modificada, construída ou sobreposta, num mundo fragmentado de múltiplas concepções. No primeiro caso defende pois que o património é um elemento de vida da identidade, no segundo a sua morte.

A representação da arte passou a beneficiar o sentido de consumo e não propriamente a lógica educativa. Se o documento é representado em formato digital ele pode passar a adquirir um valor comercial normalmente mais baixo que as reproduções em formato físico, podendo ser gratuito. A sua disponibilidade passa a ser ilimitada, o seu armazenamento reduzido, a sua distribuição exponencialmente facilitada e a sua atualização (em termos de tecnologias de reprodução) simplificada. As suas propriedades passam a ser multimédia, o seu uso pode ser reutilizado sem que o objeto original em formato material seja danificado, a sua transformação passa a facilitar a integração em comunidades de leitores. Mas este novo universo pode acarretar uma série de problemas à reprodução documental pela transformação do património e da identidade às exigências da procura, questão de maior que não deverá ser escusada pelos agentes eclesiais ligados à cultura e aos repositórios digitais.

3.

O modelo de organização adotado pelo Arquivo Diocesano de Lamego colmata as deficiências do controlo, preservação e disponibilização da informação. Este modelo de gestão da informação implementado serve as exigências de uma instituição em atividade, regularizando a entrada de informação, seleção e depósito sem a rotura ou desagrado das normais atividades da instituição. Imiscui-se na estratégia da organização readaptando-se às suas exigências orgânicas sem se perder nas variáveis culturais, económicas, ou desvios comportamentais e imprevistos da administração. A compreensão da informação por sistemas não contém a existência da *teoria das três idades* (arquivo corrente, intermédio e histórico), todavia, neste caso específico, é forçada a ela pelas disposições do Direito Canónico. A sua concretização pode ser vista na disponibilização da informação no Arquivo-Museu Diocesano (arquivo histórico) e a sua funcionalidade na consolidação dos processos informacionais de futuro.

Em fevereiro de 2018 fruto de um estágio curricular universitário de Mestrado celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Diocese, iniciou-se um novo recenseamento da informação distribuída entre os espaços do Paço Episcopal de Lamego e o Arquivo-Museu Diocesano de Lamego. Desse trabalho com duração de cerca de 4 meses, reconhecida a situação do arquivo, apesar da existência e funcionamento do Arquivo-Museu, surgiu um estudo do sistema de informação e gestão da Diocese de Lamego que serviu para a criação de um catálogo de fundos do arquivo e de um instrumento de consulta da informação até ao nível arquivístico da *série*. Esta informação veio a completar-se com os registos paroquiais, protocolarmente digitalizados, sem descrição e com imagem indexada no *archevo*.

Foto 1.

Situação de alguma da documentação no Paço Episcopal em fevereiro de 2018.



Em outubro de 2018, através de outro estágio, celebrado entre o IEFP e a Diocese de Lamego, iniciou-se a segunda fase de trabalho no Arquivo Diocesano. Deste período até março de 2019 foi possível proceder à reorganização da informação presente na sua maioria no Paço Episcopal, mas também no Arquivo-Museu, aqui intercalada com os registos paroquiais. Em conjunto com a limpeza, restauro e acomodação da documentação dispersa, criou-se um catálogo de fundos e refinou-se um instrumento de consulta. Na mesma medida normalizou-se a numeração física das caixas, criando-se um instrumento de procura da informação simplificado para os técnicos do Arquivo-Museu de forma a que a documentação não se perdesse e a obrigatória descrição no *archeevo* se tornasse exponencialmente simplificada. A documentação que foi sendo tratada no Paço Episcopal transitou de forma ininterrupta para o Arquivo-Museu Diocesano.

Foto 2.

Exemplo de documentação, limpa, restaurada e guardada em caixas.



No desenrolar deste trabalho, com exame detalhado, surgiram 6 novos pergaminhos, encontrados como capa de livros e que se acrescentaram aos pergaminhos

já encontrados no recenseamento levado a cabo pelo Arquivo Distrital de Viseu na década de 90. Estes pergaminhos, que tivemos oportunidade de consultar uma vez, encontram-se em depósito próprio, local selado e seguro, e ausentes de luz e humidade.

De igual forma foi criada no site da Diocese de Lamego uma secção dedicada ao Arquivo e onde se anexaram os documentos a ele pertencentes. No futuro planeamos para a Diocese que neste espaço se inclua a ligação para o *Archeevo*, onde de forma livre os consultores poderão pesquisar a informação já descrita.

Quadro 5.

Plano de trabalho.

2018	2019
Jan.	Jan.
Fev.	Fev. consulta.
Mar. Recenseamento da informação	Mar. Organização do arquivo corrente e intermédio.
Abr. Instrumentos de consulta provisórios	Abr. Criação de política de gestão de informação.
Mai.	Mai.
Jun.	Jun. Descrição no archeevo.
Jul.	Jul. Disponibilização da informação.
Ago.	Ago. Implementação de políticas de mediação e curadoria patrimonial
Set. Limpeza e organização da documentação.	Set.
Out. Catálogo de fundos e instrumentos de	Out.
Nov.	Nov.
Dez.	Dez.

A curto prazo ficará organizado o arquivo corrente e intermédio da Diocese de Lamego, assim como se depositará o arquivo histórico constituído no Arquivo-Museu

Diocesano que beneficia de todas as condições materiais, e, humanas, para ser descrito, disponibilizado e dinamizado.

Pretender-se-á que os fluxos de informação fiquem normalizados, para que no futuro a informação não funcional transite sem distúrbios e de forma natural para os locais de depósito. No Arquivo-Museu achar-se-á conveniente que se assumem políticas de mediação e divulgação patrimonial através dos meios culturais e sociais disponíveis e através da valiosa coleção de arquivo e biblioteca que a Diocese dispõe.

A terminologia sistémica adotada pelo Arquivo Diocesano é totalmente compatível com a descrição arquivística, todavia admitimos que não sendo relativamente comum e estando presente nos instrumentos de consulta, se obrigue a explicá-la.

Um *sistema* corresponde a um *fundo*, que por sua vez nos indica a presença de uma instituição/ organização de gestão. As *secções*, *subsecções* e *sub-subsecções* revelam os órgãos que constituem essa mesma instituição. As séries correspondem às tipologias documentais associadas a cada órgão. Um *subsistema* ou *sub-subsistema* corresponde a um *subfundo* ou *sub-subfundo*, que por sua vez nos indica a presença de uma instituição/ organização de gestão subordinada a uma outra maior.

Instrumentos de acesso e consulta da informação

O Arquivo Diocesano de Lamego disponibiliza à sociedade 4 géneros de instrumentos de acesso e consulta da documentação:

- **Catálogo de fundos** (com a informação da Diocese (colegiadas, cabido, mitra, misericórdias e confrarias), de associações religiosas e de estruturas civis (Câmaras Municipais e juntas de paróquia/freguesias).

- **Instrumento de consulta da informação** (até ao nível da série/ tipologia documental).

- **Inventários** (até à data desta atualização estão disponibilizados dois inventários fotográficos).

- **Archeevo** (nesta plataforma é possível consultar os extratos paroquiais já digitalizados).

ABREU, José Paulo Leite de Abreu – A Igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983 in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, 2000.

AGOSTINHO, Santo - Livro XI, capítulo XX.

ALMEIDA, Fortunato - História da Igreja em Portugal 1967 - 1971, Barcelos. Editora Portucalense.

CARVALHO, Sara de; CALHINDRO, Filomena – Do Scriptorum às Comunidades Virtuais: Análise Codicológica da Regra de S. Bento do Mosteiro de Lorvão, pp. 2-3.

LISBOA, João; COELHO, Arnaldo; COELHO, Filipe; ALMEIDA, Filipe – Introdução à Gestão de Organizações; Núcleo de Administração de Empresas, FEC, 3^a Edição, 2004.

MARCHISANO, D. Francesco – La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, 2000.

PIO XII – Discorsi e Radiomessagi di Sua Santità; Diciannovesimo anno di Pontificato, 2 de Marzo; Tipografia Poliglotta Vaticana, 1958.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute - Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo. Porto: Reitoria da Universidade, 2001.

ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M.

(dir.), Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000.